

Processos parados serão revistos

Luís Augusto Gomes

Um dos primeiros atos do novo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Antônio José de Oliveira Cerqueira, foi se reunir, ontem, com a Promotoria de Justiça Militares do MPDFT. Ficou acertado que os 1.873 processos envolvendo PMs, que estavam parados na Corregedoria da instituição, serão revistos por Cerqueira.

Os promotores já haviam analisado 944 processos e recomendaram a exclusão dos acusados mas, segundo eles, o ex-comandante-geral, coronel Antônio José Serra Freixo, teria protelado a decisão. Entre os envolvidos está o soldado Sebastião Oliveira, que trabalha como motorista de um parlamentar e está condenado por tentativa de assassinato.

De acordo com o promotor de Justiça Militar, Nísio Tostes, o coronel Serra discordava dos atos, mas não justificava suas decisões. "O ato tem que ser fundamentado e o novo comandante-geral pode rever todas as determinações que estavam paradas", afirma.

■ Escolha do governador

Além de exigir a revisão das punições, a Promotoria Militar sugeriu ao coronel Cerqueira que o corregedor-geral seja escolhido pelo governador do Distrito Federal, em uma lista tripla elaborada pelo comandante-geral da Polícia Militar, para um mandato de dois anos.

Os indicados têm que ser oficiais do último posto da instituição, não podem ter sido punido por transgressão, estar indiciado em inquérito policial e

nem ter sido condenado até cinco anos após a extinção da pena, por crime doloso, na Justiça Militar ou Comum. O objetivo é evitar interferências políticas e possibilitar a máxima independência da corregedoria.

Os promotores militares garantem que o coronel Cerqueira vai analisar as sugestões contidas no relatório de inspeção do MP, realizada na Corregedoria-Geral da PM. O documento tem mais de 600 páginas e contém o número de Inquéritos Policial Militar (IPM) instaurados por ano, crimes apurados nos inquéritos, PMs envolvidos, sindicâncias existentes na corregedoria, sindicância relatadas aguardando despacho do comandante-geral, conselhos de disciplina, procedimentos administrativos de licenciamento e conselhos de disciplina examinados.

O trabalho dos promotores começou em dezembro do ano passado. Durante a investigação, o MP constatou que dos 16.756 policiais militares, 1.276, ou 7,6%, são acusados de participação em crimes. "Temos que ter uma polícia para respeitar o cidadão e manter distante os bons dos maus policiais", disse o promotor Nísio Tostes.

Segundo ele, o coronel Cerqueira prometeu se inteirar de todos os problemas apontados no relatório para definir a solução a ser adotada. A Promotoria de Justiça Militares vai dar um prazo para que as decisões seja tomadas. Ficou acertado que o MP e a PM vão se reunir após a Semana Santa. "A Promotoria de Justiça Militar e a Polícia Militar sempre tiveram um bom relacionamento", afirma Tostes.



■ NÍSIO TOSTES MOSTRA RELATÓRIO COM MAIS DE 600 PÁGINAS QUE DENUNCIA MÁ CONDUTA DE PMs